

PROJETO DE LEI Nº. ___/2025

Estabelece normas para o funcionamento de distribuidoras de bebidas no âmbito do Município de Vitória e prevê penalidades.

Artigo 1º. O funcionamento de distribuidoras de bebidas no âmbito do Município de Vitória observará, além das diretrizes estabelecidas no Código Sanitário Municipal, Código de Posturas Municipal e Decreto nº 22.497, de 30 de junho de 2012, as disposições desta Lei.

Artigo 2º. Para os fins desta Lei, consideram-se distribuidoras de bebidas os estabelecimentos responsáveis pela distribuição de bebidas, alcoólicas ou não, onde não há consumo de bebidas e congêneres no local, que estabeleçam ligações entre a indústria, comércio e consumidor final.

Parágrafo único. Dentre as atividades exercidas pelas distribuidoras de bebidas estão, entre outras:

- I Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente;
- II Comércio varejista de bebidas; e
- **III** Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada.

CAPÍTULO I DOS REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO

Artigo 3º. Toda a distribuidora de bebidas, para o pleno funcionamento no território do Município de Vitória, além da obrigatória observância das disposições contidas no Código Sanitário Municipal e Código de Posturas Municipal, deverá possuir alvará ou sua dispensa, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar, que assegure a segurança do local.



















CAPÍTULO II DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS

Artigo 4º. Fica estabelecido o horário das 7h às 22h para o funcionamento das distribuidoras de bebidas, alcoólicas ou não, situadas no âmbito do Município de Vitória.

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES

- **Artigo 5º.** Às distribuidoras de bebidas instaladas no âmbito do Município de Vitória é vedado:
 - I o consumo de bebidas, alcóolicas ou não, interior do estabelecimento;
 - II a venda de bebidas, alcóolicas ou não, para consumo imediato no local ou em suas dependências;
 - **III -** expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou corrosivas para qualquer uso;
 - IV possuir em seu interior banheiros para uso de clientes;
 - **V** instalar banheiros químicos na área externa do estabelecimento para uso de clientes;
 - VI a produção de bebidas alcoólicas;
 - VII o depósito e comercialização de animais vivos ou abatidos;
 - VIII preparar e servir refeições.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 6º. O Poder Executivo, por intermédio da Gerência de Fiscalização de Posturas da Secretaria Desenvolvimento da Cidade e Habitação, fiscalizará a aplicação desta Lei.



















Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Meio Ambiente atuar conjuntamente na fiscalização, observando suas normativas, atribuições e competências, utilizando o apoio da Guarda Municipal e apoio das forças auxiliares de Segurança Pública Estadual.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Artigo 7º. O descumprimento desta Lei implicará nas sanções previstas na Lei nº 6.080, de 29 de dezembro de 2003, que institui o Código de Posturas e de Atividades Urbanas no Município de Vitória.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 8º. É vedado, após a vigência desta Lei, a concessão de licença para o funcionamento de novas distribuidoras de bebidas alcoólicas em imóveis situados no raio de 50 (cinquenta) metros de estabelecimentos de ensino, hospitais, postos de saúde, maternidades, creches e asilos.

Artigo 9°. As distribuidoras em funcionamento, quando do início da vigência desta Lei, terão o prazo de 30 (trinta) dias para adequações.

Artigo 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 01 de agosto de 2025.

Vereador Davi Esmael – REPUBLICANOS





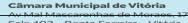














JUSTIFICATIVA

A matéria regulada por este Projeto de Lei está inserida no rol da competência legislativa municipal, conferida pela Constituição Federal (art. 30, I e II) e reproduzida na Constituição Estadual (art. 28, I e II) e na Lei Orgânica (art. 18, I e II), para, no âmbito de seus limites geográficos, dispor sobre assunto de interesse local.

O interesse local está evidenciado na abrangência da norma, consistente em estabelecer que o Município de Vitória estabeleça normas para o funcionamento de distribuidoras de bebidas aplique penalidades.

Quanto à iniciativa, considerando que o objeto da Proposição legislativa não está enumerado entre aqueles cuja competência é taxativamente privativa do Executivo Municipal (incisos do parágrafo único do art. 80 da Lei Orgânica), o Legislativo Municipal é competente para deflagrar o processo de produção legislativa, nos termos do inciso I do mesmo artigo.

Quanto ao mérito, o Projeto de Lei visa coibir a desnaturalização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de distribuidoras de bebidas que, na prática, atuam como verdadeiros bares e, consequentemente, salvaguardar o direito dos moradores do entorno desses comércios ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, em relação aos quais incube ao Poder Público defende-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

















PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 330031003600300033003A005000

Assinado eletronicamente por **Davi Esmael Menezes de Almeida** em **01/08/2025 11:28** Checksum: **83713EAB25E1ACC2D91E063F9C6DA7D01D1A1ED0B5AD2EBE1201123F6ED93F52**

